

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	9
INTRODUÇÃO	11
Capítulo I	
O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NA HISTÓRIA	15
1. O direito romano	15
1.1. A origem do enriquecimento sem causa.....	15
1.2. As <i>condictiones sine causa</i>	17
1.3. A <i>actio de in rem verso</i>	23
1.4. A <i>actio negotiorum gestorum contraria</i>	25
2. Os direitos bizantino, medieval, canônico e pré-codificado.....	28
2.1. O direito bizantino.....	28
2.2. A Idade Média	31
2.3. O renascimento do direito romano	32
2.4. O direito canônico	35
2.5. O jusracionalismo: a influência de Hugo Grócio	38
2.6. O direito pré-codificado: a Escola dos Pandectistas e o direito francês do <i>Ancien Régime</i>	41
3. A <i>Law of Restitution</i> no regime da <i>common law</i> na Inglaterra e no direito norte-americano.....	47
3.1. A origem da <i>common law</i> na Inglaterra	47
3.2. <i>Restitution</i> e os <i>quasi-contracts</i> ingleses.....	50
3.3. A recepção da <i>common law</i> nos Estados Unidos da América	59
3.4. <i>The law of restitution</i> no direito norte-americano	60
	5

Capítulo II

O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO DIREITO ESTRANGEIRO	63
1. Alemanha.....	63
2. França	66
3. Itália.....	70
4. Portugal	73
5. Espanha	76
6. Suíça	80
7. Países de regime de <i>Common Law</i>	82
7.1. Inglaterra.....	82
7.2. Estados Unidos da América.....	88
7.3. Canadá.....	91
8. O <i>Draft Common Frame of Reference</i> (DCFR) de 2009 – Projeto de Código Civil Europeu	93

Capítulo III

O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO DIREITO BRASILEIRO	102
1. A ausência de tratamento expreso no Código Civil de 1916	102
1.1. O reconhecimento do enriquecimento sem causa como um instituto autônomo	104
2. O enriquecimento sem causa no Código Civil de 2002	113
3. O problema terminológico: o enriquecimento sem causa e o enriquecimento ilícito	118

Capítulo IV

A TEORIA DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	126
1. As principais teorias	126
1.1. A teoria patrimonial.....	127
1.2. A teoria da gestão de negócios	128
1.3. A teoria do fato ilícito.....	130
1.4. A teoria do lucro criado.....	132
1.5. A teoria da equidade	133
1.6. A teoria do dever moral	137

1.7. A teoria do princípio geral de direito	140
1.8. A teoria unitária e a dualista na Alemanha	142
2. Teoria do enriquecimento sem causa	146
2.1. Elementos para uma nova visão metodológica do direito obrigacional: a incidência das normas constitucionais no direito civil	147
2.2. Os preceitos da Constituição Federal: a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a justiça social e a solidariedade	157
2.3. A superação do conceito clássico de relação obrigacional: a relação jurídica complexa, a obrigação como processo, a imposição constitucional de deveres de conduta e os novos princípios contratuais	171
2.4. O fundamento da proibição do enriquecimento sem causa à custa de outrem	188
2.5. A natureza jurídica do enriquecimento sem causa: seu caráter dúplice como fonte obrigacional e princípio	192

Capítulo V

OS CONTORNOS DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	200
1. O enriquecimento sem causa como fonte obrigacional	200
2. O enriquecimento sem causa como princípio	214
3. A relação do enriquecimento sem causa com outros institutos	222
3.1. O enriquecimento sem causa e os quase contratos	222
3.2. O enriquecimento sem causa e a restituição	228
3.3. O enriquecimento sem causa e a responsabilidade civil	233
3.4. O enriquecimento sem causa e a reivindicação	238

Capítulo VI

A CONFIGURAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, A AÇÃO DE ENRIQUECIMENTO E SEUS LIMITES	244
1. A ação de enriquecimento e a superação da denominação <i>actio de in rem verso</i>	244
2. Pressupostos para a caracterização do enriquecimento sem causa .	252
2.1. O enriquecimento	255
2.1.1. O enriquecimento indireto	266
2.2. O empobrecimento	274

2.3. O nexo de causalidade	279
2.4. A ausência de justa causa	283
2.5. A subsidiariedade da ação de enriquecimento.....	294
3. Os limites da ação de enriquecimento.....	306

Capítulo VII

ALGUMAS FORMAS DE TIPIFICAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA COMO FONTE OBRIGACIONAL.....	318
--	-----

1. O enriquecimento decorrente de um comportamento do enriquecido.	318
1.1. O enriquecimento obtido mediante fato injusto	320
2. O enriquecimento decorrente de um comportamento do empobrecido.....	327
2.1. O enriquecimento imposto	328
2.2. O enriquecimento que deriva de prestação alheia	339
2.3. O enriquecimento que decorre de comportamento altruístico	349

Capítulo VIII

ALGUMAS FORMAS DE TIPIFICAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA COMO PRINCÍPIO	356
--	-----

1. O enriquecimento sem causa como princípio: algumas formas de tipificação	356
1.1. O enriquecimento sem causa e o problema da fixação das indenizações	359
1.1.1. A indenização no dano patrimonial.....	362
1.1.2. A indenização no dano extrapatrimonial e a questão dos <i>punitive damages</i> e da pena privada	371
1.2. O enriquecimento sem causa e a invalidade dos negócios jurídicos	390
1.3. O enriquecimento sem causa e o desequilíbrio econômico nos negócios jurídicos: os novos princípios contratuais.....	395
1.4. O enriquecimento sem causa e a cláusula penal.....	409
1.5. O enriquecimento sem causa e o direito de família.....	415
1.6. O enriquecimento sem causa e a Administração Pública	426
CONCLUSÕES	435

<i>Bibliografia</i>	447
---------------------------	-----